



## O Ensino Primário nos Programas Escolares de Mato Grosso (Anos 1960)

### Primary Education in Mato Grosso's School Programs (1960s)

**Rômulo Pinheiro de Amorim**

*Doutor em Educação (UFGD). Pós-Doutor em Educação (UFMT). Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manacapuru.*

**Tatiana de Albués Pinto Amorim**

*Técnica em Secretariado (IFMT). Graduada em Pedagogia (UFMT). Especialista em Função do Secretário Escolar na Contemporaneidade (Faculdade Integrada Instituto Souza). Técnica Administrativa Educacional da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.*

**Resumo:** Este texto tem por objetivo analisar as representações governamentais sobre as questões educacionais nos programas escolares de Mato Grosso nos anos 1960. A definição do recorte temporal para este estudo se justificava pela atuação do governo estadual na reorganização do ensino primário, a partir de diversas intervenções destinadas a alterar as condições do ensino ministrado nas escolas primárias mato-grossenses. O subsídio teórico escolhido para este estudo foi o conceito de representações elaborado por Roger Chartier (1990), que é compreendido como delimitações, classificações e divisões que indivíduos e grupos organizam sobre si mesmos ou sobre algum aspecto do mundo social. Para elaboração deste texto, foram consultadas as produções em História da Educação relativas ao tema e diversos trechos dos programas de ensino do estado, que estão localizados no Arquivo Público de Mato Grosso. O programa foi representado como um elemento propulsor das modificações do fazer docente no estado.

**Palavras-chave:** ensino primário; programas escolares; Mato Grosso.

**Abstract:** This text aims to analyze governmental representations of educational issues in Mato Grosso's school programs during the 1960s. The choice of this time frame is justified by the state government's efforts to reorganize primary education through various interventions aimed at changing the conditions of teaching in Mato Grosso's primary schools. The theoretical framework adopted for this study was Roger Chartier's (1990) concept of representations, understood as delimitations, classifications, and divisions through which individuals and groups organize their perceptions of themselves or of some aspect of the social world. To prepare this text, studies in the History of Education related to the subject were consulted, along with several excerpts from the state's educational programs, which are held in the Public Archives of Mato Grosso. The school program was represented as a driving force behind changes in teaching practices in the state.

**Keywords:** primary education; school programs; Mato Grosso.

## INTRODUÇÃO

As representações sobre a educação escolar advindas dos Programas do Ensino Primário de Mato Grosso nos anos 1960 estavam relacionadas ao contexto da sociedade brasileira e mato-grossense nas décadas de 1950 e 1960, pois os

discursos representativos refletiam as perspectivas governamentais relativas aos objetivos destinados ao ensino primário na época.

A presença de uma grande quantidade de professores leigos (docentes sem a formação na Escola Normal) exercendo o magistério primário nas escolas, a falta de um número suficiente de instituições de ensino, bem como a ausência de estrutura física adequada das escolas existentes contribuíram para dificultar a escolarização da população e a melhoria do rendimento escolar dos alunos. O interesse do governo federal nessa época era associar a educação ao desenvolvimento econômico do país, conforme se observava nas ações empreendidas pela política desenvolvimentista durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek e dos presidentes que o sucederam.

Assim, o incremento da economia estava encaminhado a partir de investimentos no processo de industrialização e urbanização de diversas cidades do país, com o intuito de promover o progresso nacional. Contudo, a falta de uma maior escolarização da população e o baixo rendimento das escolas eram uma problemática que deveria ser enfrentada pelas esferas governamentais visando criar as condições propícias para que a educação escolar colaborasse com o crescimento da economia nacional.

As condições do ensino de Mato Grosso também envolviam diversas dificuldades relacionadas à falta de eficiência do ensino ministrado nas escolas, assim como à atuação na docência de professores leigos nas escolas primárias do estado. Deste modo, no campo educacional do estado, a maioria dos professores lecionando nas escolas era de leigos, sendo que muitos deles exerciam a atividade docente enquanto funcionários efetivos do governo estadual.

Para superar as problemáticas do ensino primário no estado, a gestão estadual procurou implementar algumas ações que objetivavam melhorar o ensino oferecido nas escolas mato-grossenses. Foi perante esse ambiente educacional que foram elaborados os Programas do Ensino Primário de Mato Grosso. Sendo assim, o presente texto tem como objetivo analisar as representações sobre a educação escolar veiculadas nos Programas de Ensino Primário de Mato Grosso no período de 1961 a 1966. A definição do recorte temporal para este estudo se justificava pela atuação do governo estadual na reorganização do ensino primário, a partir de diversas intervenções destinadas a alterar as condições do ensino ministrado nas escolas primárias mato-grossenses.

Dessa forma, foi no governo de Fernando Corrêa da Costa (1961-1966) que ocorreu a criação dos referidos programas escolares, quando o Departamento de Educação e Cultura, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, estabeleceu as diretrizes curriculares para cada matéria, as orientações metodológicas gerais e as obrigações e deveres dos professores e alunos dos grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas e rurais, mistas do estado.

As ingerências do governo de Mato Grosso na configuração do ensino primário foram realizadas diante do contexto voltado para a implantação de modificações na educação nacional, que tinha o objetivo de melhorar o nível de

rendimento das escolas brasileiras. Dessa forma, este trabalho procura analisar como as questões educacionais foram representadas nos referidos programas, que estavam destinados a orientar a atividade dos professores nas escolas primárias.

O subsídio teórico escolhido para este estudo foi o conceito de representações elaborado por Roger Chartier (1990), que é compreendido como delimitações, classificações e divisões que indivíduos e grupos organizam sobre si mesmos ou sobre algum aspecto do mundo social. As exclusões e classificações colaboram para a constituição de formas de percepção e de apreensão do real, propiciando um entendimento de qual visão deveria prevalecer no campo educacional, pois são discursos que buscam se tornar hegemônicos na sociedade na qual são apresentados, bem como também procuram manter ou provocar o surgimento de novas práticas.

Nesta circunstância, analisar as representações sobre a educação escolar advinda de um documento oficial do Estado, voltado aos professores primários, significa apreender os seus interesses relativos à organização escolar, os conteúdos a serem ministrados nas escolas, as percepções sobre qual perfil de professores estavam sendo exposto, assim como as maneiras como as práticas pedagógicas difundidas faziam parte de um enredo representacional do governo estadual, relativo a criação de uma nova reestruturação do ensino que deveria ser oferecido aos alunos do curso primário, já que as visões do social não são de formar alguns discursos neutros (Chartier, 1990). Além disso, a abordagem de Antônio Nóvoa (1995) também foi definida como suporte para a escrita deste texto, ao entender que o processo de profissionalização docente ocorre por meio das relações construídas entre o Estado e os professores.

Deste modo, a compreensão da profissionalização da docência no Estado decorre das interações estabelecidas historicamente entre os professores e o Estado. Essas interações possibilitaram a composição de novas formas do exercício da atividade docente enquanto profissão, pois, segundo Nóvoa (1995), o Estado exerce a organização do magistério, desde a definição das modalidades de ensino, a criação das escolas, os conhecimentos que deveriam ser ensinados e a constituição da formação dos professores, ao estabelecer as normas, os valores e os saberes que irão integrar o perfil de um profissional do magistério.

Para a elaboração deste texto, foram consultadas as produções em História da Educação relativas ao tema, com o intuito de compreender o contexto educacional dos anos 1960, bem como foram elencados diversos trechos dos programas de ensino do estado, com a finalidade de analisar as representações contidas nesse documento, que está localizado no Arquivo Público de Mato Grosso.

## **A Educação Escolar nos Anos 1950 e 1960**

O governo federal, desde os anos 1950, já acenava para a necessidade de alterar o sistema de ensino no Brasil, pois acreditava que a realização de modificações na educação pública nacional poderia contribuir para a melhoria do ensino, bem como esta melhoria educacional ajudaria no desenvolvimento da

economia brasileira, diante do processo de industrialização impulsionado pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Para adequar a educação como mecanismo colaborador do crescimento econômico do país, era necessário o enfrentamento das diversas dificuldades pelas quais a educação nacional estava passando nos anos 1950 e 1960. Essas problemáticas educacionais foram evidenciadas nas mensagens dos Presidentes da República nessa época, conforme podemos observar nessa mensagem do presidente Juscelino Kubitschek para o Congresso Nacional, em 1956, “sendo o ensino primário um problema eminentemente nacional, que pode o governo ficar indiferente a estas duas graves afirmações: as oportunidades de instrução primária são insuficientes, a instrução ministrada não satisfaz, dado o pouco rendimento escolar” (Brasil, 1987, p. 264).

O rendimento escolar nas instituições de ensino brasileiras estava sendo considerado inferior, pois a gestão federal desejava que a educação escolar estivesse em condições de ajudar o crescimento do país. Por isso havia a preocupação com o nível do ensino primário oferecido aos alunos e com o número insuficiente de escolas existentes no Brasil.

Os investimentos voltados para o incremento da industrialização eram um dos objetivos do governo de Juscelino para alcançar o progresso nacional. Diante deste objetivo, a educação nacional foi adquirindo maior relevância para o governo, “até pouco tempo, não procurava o Estado atender às necessidades educacionais decorrentes da urbanização e da industrialização de muitas cidades do País” (Brasil, 1987, p. 332).

Deste modo, a educação foi compreendida como um mecanismo que contribuiria com o desenvolvimento do país, a partir da formação de recursos humanos capazes de atuar com eficiência nos ambientes de trabalho, pois o contexto da sociedade brasileira estava em transformação, com o surgimento de uma nova configuração econômico-social, com o aumento das áreas urbanas e o incremento industrial realizado nesse período.

A mensagem do presidente Juscelino Kubitschek, na abertura da sessão legislativa no Congresso Nacional, em 1956, faz alusão a esse atrelamento da educação ao crescimento do país. O Presidente explanava:

No Brasil, porém, a evolução das necessidades sociais não foi acompanhada da evolução do sistema escolar. A educação primária é considerada uma ampliação da capacidade normal das pessoas de verem e sentirem as coisas. Limita-se, praticamente, aos rudimentos da escrita, da leitura e do cálculo. Urge, portanto, que o ensino primário eduque também para o trabalho, transmitindo o que o indivíduo precisa aprender para cobrir as necessidades do trabalho em sua variada forma, atendendo, assim, à real integração na economia e na sociedade modernas (Brasil, 1987, p. 265).

Nesta mensagem, o presidente Juscelino Kubitschek teceu críticas ao modelo educacional usado anteriormente, que visava apenas ao ensino da escrita, leitura e

cálculo, sendo necessária, na sua visão, a modificação do ensino primário, para que também estivesse voltado para o trabalho, proporcionando, com isso, a integração da população ao novo modelo econômico em processo de implantação no Brasil.

Na mensagem para o Congresso Nacional do presidente Jânio Quadros, ocorrida durante o ano de 1961, o mesmo ressaltava o interesse governamental em buscar realizar investimentos na educação nacional, visando à sua melhoria, conforme podemos observar:

“A atividade da União exercer-se-á através da atuação indireta, pelo auxílio financeiro, pela assistência técnica, pelo aperfeiçoamento do pessoal docente e administrativo, pela manutenção de escolas experimentais, enfim, pela pesquisa, estimulando e favorecendo os esforços dos estados e municípios (Brasil, 1987, p. 349).

As ações da União estavam voltadas para a atuação em várias áreas relacionadas à educação, com a finalidade de estabelecer parcerias com os governos estaduais e municipais. A concentração de esforços dos poderes federal, estadual e municipal foi uma medida adotada pelo governo federal como forma de propiciar maiores investimentos no setor educacional, a partir de investimentos direcionados para o estímulo e incentivo às gestões estaduais e municipais na execução de melhorias nos diversos níveis de ensino.

A União procurava auxiliar os Estados e municípios com base na ajuda financeira, no incentivo à pesquisa educacional, na assistência técnica e no aprimoramento dos professores e técnicos administrativos, bem como na manutenção de escolas experimentais.

Verifica-se nessa mensagem presidencial que a preocupação estava direcionada para a constituição de uma melhor organização do sistema educacional brasileiro a partir de auxílios da União aos Estados e municípios, para que os mesmos obtivessem as condições necessárias para melhorar os seus sistemas de ensino, pois os setores de administração escolar e do pessoal docente deveriam receber investimentos financeiros para a execução do aperfeiçoamento do quadro docente e administrativo.

Na mensagem do Presidente da República João Goulart ao Congresso Nacional, em 1962, o presidente ressaltou que a educação poderia contribuir para o crescimento do país: “A política educacional, de sentido eminentemente técnico e profissional, em todos os seus níveis, é indispensável objetivo para que se possa contar com a formação de técnicos e mão de obra qualificada, tão necessários ao desenvolvimento nacional” (Brasil, 1987, p. 354).

A formação de técnicos e mão de obra qualificada era o foco essencial para alcançar o desenvolvimento do país, pois a formação de pessoal técnico mais capacitado para o mercado de trabalho estava relacionada com a oferta de uma educação básica a um maior número de pessoas, bem como essa educação deveria propiciar as condições necessárias para que os alunos efetivamente aprendessem o que estava sendo ensinado nas escolas do país.

A situação do ensino público em Mato Grosso nos anos 1960 também vivenciava dificuldades em relação à grande quantidade de professores leigos atuando no magistério, à falta de escolas e de estrutura física e material das instituições escolares existentes, bem como se considerava que o nível profissional dos professores que lecionavam no estado não estava adequado para atender à finalidade de melhorar o ensino ministrado nas escolas mato-grossenses. Essa situação foi mencionada no relatório do Secretário de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso, em 1963, que anunciava alguns problemas relativos à educação do estado:

[...] um dos problemas que nos desafiam, relativamente ao Ensino, era o grande número de professores leigos, efetivados por concurso. O trato diário com os problemas educacionais evidenciou, desde cedo, a necessidade da recuperação daqueles professores que, embora efetivados, não possuem, contudo, um grau suficiente de conhecimentos e de capacidade profissional. Essa ideia de recuperação mais se mais se ia afirmando, ao passo que outras medidas se mostravam ineficazes e até mesmo desaconselháveis. Estudando o problema com serenidade, entre os caminhos que se ofereciam, resolvemos optar pela fé no nosso elemento humano (Alcântara, 1964, p. 53-54).

Os professores leigos eram vistos pelo governo estadual como um problema que afetava o ensino no estado, pois os mesmos eram considerados como docentes que não possuíam os conhecimentos necessários para desempenharem com eficiência as atividades escolares. Dessa forma, acreditava-se que o ensino ministrado nas escolas do estado não levaria os alunos ao aprendizado, já que esses professores não tinham a capacidade profissional para desempenhar a atividade docente. Verifica-se que o problema era considerado maior porque esses professores pertenciam ao quadro de funcionários efetivados por concurso público.

O relatório destaca a necessidade de promover a recuperação dos professores leigos, ou seja, criar as condições para que os docentes elevassem o nível de conhecimentos fundamentais para exercerem o magistério com eficácia. Como Mato Grosso possuía mais de 60% de seus professores na condição de docentes leigos, o governo do Estado percebia que era fundamental a realização de investimentos no aperfeiçoamento dos professores (Marcílio, 1963).

Para Humberto Marcílio (1963, p. 214), esses docentes eram considerados um problema para o Estado, pois “tendo-se em conta os conhecimentos gerais que possam possuir esses professores, jamais estarão eles em condições de exercer integralmente as suas funções de mestres, sem os conhecimentos especializados da profissão”.

A situação educacional apontada no relatório de Hermes Rodrigues de Alcântara dizia respeito à ampla quantidade de professores leigos efetivados, atuando no magistério primário, sem conhecimento pedagógico necessário para exercer tal função. Essa preocupação em capacitar os professores leigos e em melhorar o nível de ensino primário no Brasil foi apresentada pelos planos criados

pelo governo federal na década de 1960, frente à situação do ensino primário nacional que apresentava uma grande quantidade de professores leigos atuando nesse nível de ensino em todo o país (Brasil, 2011).

A percepção do governo federal quanto ao quadro de formação docente e as iniciativas que deveriam ser tomadas para modificar tal situação foram sendo assumidas pelo governo de Mato Grosso, conforme consignado no relatório do seu Secretário de Educação, Cultura e Saúde, ou seja, os governos federais e estaduais apresentavam uma articulação no sentido de enfrentar os problemas educacionais.

### **Algumas Representações Advindas dos Programas do Ensino Primário de Mato Grosso nos Anos 1960**

No início dos anos 1960, o governo do estado, por meio do Decreto Nº 319, de 4 de maio de 1962, aprovou os Programas Escolares do Ensino Primário para vigorarem no estado de Mato Grosso. Os referidos programas foram elaborados pelo Departamento de Educação e Cultura, com a finalidade de orientar os professores dos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Isoladas e Rurais, Mistas, do estado.

Os programas de ensino foram organizados para contemplar as diferentes modalidades de escolas primárias que funcionavam no estado nessa época, pois visavam orientar os professores sobre como deveriam exercer as suas práticas pedagógicas conforme os conteúdos estabelecidos para cada matéria do ensino primário.

Deste modo, conforme ressaltou Nóvoa (1995), o Estado procurou definir os saberes e práticas que deveriam fazer parte do exercício do magistério primário estadual, ao estabelecer uma nova organização do ensino primário por meio das diretrizes advindas dos programas escolares. Assim, a busca pela profissionalização docente perpassa pelas relações entre o Estado e os professores, que, nessa época, a gestão estadual buscou interferir no campo educacional de Mato Grosso, com o intuito de constituir um novo perfil de professores primários e melhorar o ensino oferecido nas escolas primárias de Mato Grosso.

Nesse sentido, antes de abordar alguns aspectos representacionais das orientações metodológicas advindas dos programas, iremos tratar dos discursos representacionais difundidos nas páginas iniciais da obra que contém os referidos programas. Essa parte apresenta a mensagem do Secretário de Educação, Cultura e Saúde do estado para o governo do estado. A mensagem foi inserida como uma espécie de introdução da obra, pois se observa que a intenção era explicar a importância de se organizar aquelas orientações escolares e o que isso poderia significar para o ensino primário do estado, conforme podemos verificar a seguir.

Há muito se fazia a necessidade de uma revisão. Enquanto as modernas técnicas pedagógicas implantavam-se como exigência dos tempos modernos, permanecíamos estacionados nos obsoletos e superados programas escolares. Necessário se fazia que o ensino primário em Mato Grosso sofresse substancial

odificação em seu organismo (Mato Grosso, 1962, p. 06).

A marca inicial do discurso foi a de destacar que o ensino primário mato-grossense possuía um atraso educacional que perdurava por muito tempo no estado, e que somente nesse momento, através da interferência do referido governo, a educação escolar estava adquirindo um novo impulso, pois o contexto nacional, voltado para a busca pelo desenvolvimento econômico, exigia a atuação de cidadãos mais capacitados para desempenharem as funções requisitadas nesses tempos modernos. Assim, Mato Grosso ainda não havia se adequado a esses novos tempos e, por isso, continuava com as práticas pedagógicas obsoletas, permanecendo estacionado, enquanto outros estados brasileiros já apresentavam iniciativas voltadas para a modificação da oferta do ensino primário.

Dessa forma, a mensagem contida na parte inicial dos programas escolares difundia a ideia da transição do antigo e atrasado ensino primário para a constituição de um moderno, que deveria ocorrer por meio das iniciativas estatais, como a inserção de novos saberes e técnicas pedagógicas.

Para as Escolas Rurais e Isoladas Urbanas foram elaborados programas especiais, atendendo-se as condições daquelas regiões afastadas dos centros Citadinos, de forma que o ensino primário rural e das zonas perimetrais das cidades fosse ministrado dentro de métodos de ensino apropriados e adaptáveis as peculiaridades típicas daquelas zonas, ao mesmo tempo que inculcasse na mente da criança, o amor a terra, ao labor agrário e a familiarização com o objetivos agrícolas e a importância e o significado das atividades rurais para a economia do país (Mato Grosso, 1962, p. 06).

Observa-se que o discurso apresentado ressaltava a percepção de que a interferência estatal na educação escolar priorizava também as especificidades das modalidades de escolas primárias no estado, pois as escolas rurais e isoladas urbanas mereciam a organização de um suporte pedagógico aos professores para atuarem no magistério nessas regiões específicas e o estabelecimento dos saberes escolares adequados ao contexto social da população rural.

Dessa forma, difundia-se a ideia que o progresso da educação escolar estadual também estava relacionado com cuidado que a gestão estadual deveria ter com as especificidades do ensino rural e urbano, a partir da organização de programas especiais destinados a aplicação de conhecimentos que estejam associados com modo de vida da zona rural, bem como as metodologias de ensino sejam apropriadas para essas escolas.

Além disso, o uso do termo “inculcar” na mente da criança evidencia as intenções da esfera estatal quanto ao papel da educação para o desenvolvimento nacional nessa época, porque havia a necessidade de inserir na sociedade a representação quanto ao fortalecimento das atividades agrícolas para o progresso do país. Para isso, a formação das crianças deveria estar voltada para a constituição desse gosto pelas práticas agrícolas, a partir do incentivo proporcionado pelas

escolas. Nesse sentido, desde o período da infância, os alunos estariam envolvidos com essa representação da relevância do meio rural para o crescimento do país, ao permitir que os mesmos internalizassem esse papel enquanto cidadãos que deveriam adotar práticas destinadas ao incremento da sociedade rural.

No item denominado “Orientação e Metodologia Geral”, contido nos programas, foi destinada à apresentação das metodologias das diversas matérias do ensino primário, voltadas para os grupos escolares e escolas reunidas. Deste modo, elencamos a matéria de geografia como forma de evidenciar os aspectos de inserção da modificação na forma de ensinar nessas escolas.

O fator mais importante para a aprendizagem é a experiência e a atividade do educando; o método geral de ensino deve, portanto, levar a criança a observar, por si mesma, a realidade geográfica que a envolve: diretamente, por exemplo, em excursões, ou indiretamente, através da objetivação de gravuras, plantas, mapas, globos terrestres, celestes e gráficos. Tendo deixado de ser matéria apenas descritiva, para se tornar, principalmente, explicativa e interpretativa, vem tornar obrigatório o uso constante de mapas para maior fixação da aprendizagem (Mato Grosso, 1962, p. 17).

Os aspectos representativos contidos nesse trecho do programa reforçam a percepção quanto à transformação do ensino arcaico para o moderno, de uma matéria que antes era ensinada de maneira apenas descritiva, que não ampliava a possibilidade de os alunos compreenderem de fato o que estava sendo estudado, para um ensino voltado ao aprendizado com base na própria experiência do aluno.

Sendo assim, o ensino dos conteúdos de geografia deveria estar associado às atividades que permitiriam aos alunos observar o que estavam estudando em sala de aula de forma teórica. Assim, para articular teoria com a prática de visualizar a realidade geográfica, isso ocorreria pela realização de excursões, nas quais os alunos teriam a oportunidade de observar a geografia local, possibilitando uma maior compreensão dos conteúdos, efetuar novos questionamentos e problemáticas, tirar dúvidas e interpretar aquilo que estão observando com base nas aulas anteriores.

Caso não seja possível realizar a excursão, associar o ensino aos aspectos visuais também era o mecanismo que deveria ser inserido na prática pedagógica dos professores do ensino primário por meio da utilização de gravuras, mapas e globos como forma de ampliar o entendimento do assunto e a sua internalização.

A representação da gestão estadual quanto à organização do ensino primário ressaltava a relevância deste documento orientativo para a modificação das práticas pedagógicas dos professores, assim como destacava a contribuição do mesmo para a inserção de conhecimentos modernos nas escolas primárias do estado. Sendo assim, os programas escolares significavam o mecanismo adotado pela gestão estadual para tirar Mato Grosso do atraso educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Programas do Ensino Primário de Mato Grosso nos anos 1960 evidenciavam as representações que estavam atreladas às problemáticas educacionais do país e ao contexto de transformações econômicas nacionais na época. Dessa forma, esse documento foi classificado como um mecanismo que levaria à modificação do perfil dos professores e ajudaria na elevação do rendimento das escolas primárias, pois a sociedade moderna exigia uma base de conhecimentos necessários para exercer as diferentes funções na sociedade que almejava o progresso social e econômico.

Para destacar a importância das orientações pedagógicas dos programas para a educação escolar mato-grossense, ressaltava-se que o mesmo tiraria o estado do atraso educacional, ao superar as formas arcaicas de ensinar pelo que há de mais moderno nas práticas de ensino, assim como na atualização dos saberes escolares oferecidos aos alunos nas escolas primárias.

Além disso, o papel das interferências governamentais no campo educacional do Estado também foi destacado neste documento, ao se inserir como promotor das mudanças necessárias que propiciariam a superação das diversas problemáticas que o Estado apresentava na área do ensino.

Observa-se que a atuação estatal na adequação dos saberes e metodologias de ensino para as escolas rurais e urbanas foi inserida nos programas como forma de melhorar o ensino primário mato-grossense, porém, esse aspecto acena para maiores investimentos investigativos quanto ao desenvolvimento desses programas no estado.

A profissionalização da docência no estado ainda necessitava de maiores avanços, pois a presença de professores sem a formação no magistério ainda predominava no estado, já que os saberes profissionais advindos das Escolas Normais não faziam parte da base de conhecimentos dos professores leigos.

No entanto, apesar dos programas de ensino terem sido apresentados como propulsores das modificações das práticas pedagógicas, ainda prevalecia o desafio da formação desses professores com as novas técnicas de ensino, pois eles deveriam saber trabalhar com mapas, excursões, observação e globos nas suas aulas, conforme foi evidenciado nos trechos dos programas. Essa dificuldade foi enfrentada com os investimentos nos cursos destinados aos professores leigos e normalistas com a criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá no ano de 1963.

Ressaltamos que esse texto apresentou apenas algumas reflexões quanto às representações advindas dos Programas do Ensino Primário de Mato Grosso perante o contexto educacional da época. Sendo assim, os programas de ensino possibilitam a ampliação de novas problemáticas e o uso de concepções teóricas para a sua análise.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues de. **Três anos de progresso educacional e sanitário**. Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1964.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **A educação nas mensagens presidenciais**. (1890-1986). V. II, 1987. Disponível em: [www.dominionpublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?...>](http://www.dominionpublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?...>) Acesso em 02/02/2026.

BRASIL. **O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965** In: O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento. [direção Rosa Freire d'Aguiar] – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 35 – 440.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MATO GROSSO. **Os Programas do Ensino Primário de Mato Grosso**. APMT, 1962.

NÓVOA, Antônio. (Coord.) **Os professores e sua formação**. 2ª. ed. Lisboa/Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.